

O Deus da alcova e o Deus do berço

Zeljko Loparic

1. Introdução

Na área da psicanálise, o tema do monoteísmo faz imediatamente pensar em Freud e sua teoria psicanalítica da religião monoteísta, concebida como produto de conflitos originados nos relacionamentos triangulares com base genital – os assim chamados relacionamentos “edípicos”. Essa teoria foi exposta por Freud em textos de várias épocas, sendo o último *Moisés e o monoteísmo*. De acordo com a percepção comum, Winnicott parece não ter nada a dizer sobre esse assunto, uma vez que seria, sobretudo, se não exclusivamente, um teórico da relação dual mãe-bebê, anterior ao surgimento dos relacionamentos triangulares e, portanto, da religião como forma da vida cultural. Sendo assim, quando fala de religião, o Winnicott psicanalista não poderia fazer mais do que repetir Freud. Pois bem, isso é um engano.

Para se convencer disso, basta ler os comentários de Winnicott sobre a obra mencionada de Freud, datados de janeiro de 1969, nos quais é proposta explicitamente uma concepção psicanalítica do monoteísmo, alternativa à de Freud, situando o ponto de origem desse tipo de religiosidade num período anterior àquele dominado por relações edípicas. Além disso, um exame mais detido da obra de Winnicott mostra que existem numerosas passagens nas quais são valorizadas outras formas de religiosidade que não a monoteísta, uma guinada na aplicação da teoria psicanalítica sem paralelos em Freud.

As principais diferenças entre Winnicott e Freud, relativas ao monoteísmo, podem ser assim resumidas. *Freud explica esse tipo de religião como resultado da luta entre o pai e o filho ou os filhos pelos seus obje-*

tos sexuais, isto é, pelas fêmeas do grupo. Nessa luta, o pai é experienciado como castrador e ameaçador da sexualidade dos filhos homens e essa experiência permanece sedimentada, seja na qualidade de esquema hereditário, seja como esquema adquirido, no inconsciente de cada indivíduo, determinando seu comportamento e suas fantasias. O monoteísmo, junto com outras formas da vida cultural – ordem social exogâmica, moral, artes, filosofia e ciência –, seria um produto sofisticado do processo de socialização por repressão assim iniciado, pelo qual fica otimizada, racionalizada, sublimada, a atividade instintual, "pulsional", humana, ou, ainda, a realização do programa do princípio do prazer.

Winnicott interpreta o monoteísmo num quadro paradigmático radicalmente diferente. Para ele, o Deus uno surge como projeção, para um lugar seguro, de uma aquisição frágil e sempre ameaçada do processo de amadurecimento: a aquisição do EU SOU, isto é, da identidade pessoal. Esta se constitui, quando tudo corre bem, ainda no berço ou já na saída do berço, numa etapa anterior ao estágio das relações triangulares com base genital e, portanto, a qualquer forma de rivalidade de caráter sexual entre machos (ou mesmo entre fêmeas) e à repressão da instintualidade dos mais novos e mais fracos pelos mais velhos e mais fortes. Dessa forma, o pai serve como esquema de unidade pessoal e garante a integração das moções instintuais dos seus filhos na unidade pessoal. Assim como o surgimento da religião, o aparecimento e o desenvolvimento de outras formas da vida cultural humana em geral são sucessivas aquisições do processo de socialização concebido como amadurecimento individual, emocional e pessoal, que não acontece por repressão e sublimação, mas por criação pessoal ou compartilhada, assistida por um ambiente facilitador, do qual o processo de amadurecimento sexual é apenas um componente. Um complemento importante dessa tese diz que é precisamente por ter adquirido capacidades pessoais que cada indivíduo sadio se torna capaz de contribuir à vida social. Winnicott parte do axioma de que "não há sociedade a não ser como estrutura produzida e mantida, e constantemente reconstruída por indivíduos" (1986, p.153: tr. p. 120).

2. Fundamentos factuais e teóricos da derivação do monoteísmo em Freud

O fundamento factual da derivação do monoteísmo em Freud é um conjunto de fenômenos relacionados a conflitos gerados pela sexualidade infantil, em particular a dos meninos, chamado por Freud de complexo de Édipo. Observa-se o amor, de características sexuais, do menino pela mãe e a hostilidade para com o pai. Existem ainda formas invertidas desse fenômeno: o menino faz o pacto homossexual com o pai e se afasta da mãe. Freud encontrou esse material primeiramente na sua autoanálise e, em seguida, na clínica (nos casos Dora, Pequeno Hans e Homem dos Lobos).

A teoria freudiana do complexo de Édipo é elaborada em dois níveis. Em primeiro lugar, no nível da sua teoria da sexualidade, peça principal da psicanálise freudiana, que valoriza, em particular, a cena primária e sobre a qual se baseia também a clínica freudiana da sexualidade. Num segundo nível, essa teoria, em si mesma factual, é enriquecida de componentes especulativos de diferentes tipos: supraestrutura metapsicológica propriamente dita (pulsões, aparelho psíquico), criada no âmbito da visão kantiana da teorização científica; mitologia grega (numa determinada leitura); especulações mitológicas da lavra do próprio Freud, inspiradas em Darwin; referências literárias (*O Édipo rei*, *Hamlet*); doutrinas e práticas religiosas (por exemplo, a prática de circuncisão).

Segundo o próprio Freud, esses componentes especulativos da sua psicanálise não consistem em enunciados que possam ser verdadeiros ou falsos (confrontados com a experiência), mas *convenções*, construtos elaborados com a finalidade de serem usados como guias na busca e na organização dos fenômenos sexuais teórica e clinicamente relevantes. Eles constituem, no essencial, o horizonte hermenêutico, os quadros para interpretação dos fenômenos sexuais previamente à formulação de problemas clínicos, de modo a serem tratados pelas técnicas à disposição da psicanálise.

3. Os esquemas da derivação do monoteísmo em Freud

Usando esses dois tipos de análise de relações edípicas, Freud elaborou dois esquemas da derivação do monoteísmo, bem como de todas as demais conquistas do desenvolvimento cultural ocidental: o filogenético e o ontogenético; o primeiro mitológico e o outro propriamente psicanalítico. Nos dois esquemas, a ênfase é posta na derivação do monoteísmo nos meninos. As meninas são vistas como incapazes de pleno desenvolvimento da religiosidade e da moralidade.

Na versão filogenética – de longe a mais explorada e aplicada por Freud e, por isso, a mais conhecida –, tem a forma de mito. Segundo essa filogênese especulativa da sociedade humana, o monoteísmo ter-se-ia originado na horda primitiva, portanto, numa formação grupal da história da espécie humana, anterior à sociedade humana civilizada, pela luta brutal motivada sexualmente entre o pai biológico e os seus filhos biológicos, todos eles incestuosos. A luta envolve castração efetiva dos filhos pelo pai e o assassinato deste pelos filhos, crime que está na origem do primeiro pacto social, estabelecido entre os irmãos, os quais, reconhecendo-se assassinos e doravante culpados, pois mataram um pai que também amavam, põem-se de acordo em eliminar a fonte do conflito que tiveram com o pai e que poderia ressurgir entre eles próprios, proibindo, para isso, o incesto e estabelecendo a exogamia. Dessa forma, a vontade castradora bárbara do pai reaparece sublimada na forma da regra básica da vida social civilizada no seu todo. O Deus uno é a projeção invertida e sublimada (idealizada) da figura inicial desse pai castrador, que passa a proteger o pacto entre os seus filhos assassinos, estando na origem da ordem social familiar e da vida cultural, “espiritual”, em geral.

Passemos ao esquema ontogenético. O ponto de partida é o fato de, numa família, o pai possuir a mãe como objeto sexual e a ameaça de castração do menino que deseja sexualmente a mesma mãe, feita, se não pelo próprio pai, então pela mãe ou pelos terceiros (médicos, babás etc.). Aqui se insere a cena primária. O resultado é o começo de um relacionamen-

to ambivalente com o pai real e a criação do superego castrador como instância do aparelho psíquico do filho e do ideal do ego. Essa instância acaba por ser divinizada na figura de um Deus que impõe interdições por meio de leis morais, cujo núcleo é a proibição do incesto; este acaba por receber várias formas sofisticadas, por exemplo, a do imperativo categórico de Kant, que seria uma herança direta do complexo de Édipo, ou a do Deus Logos venerado por Freud.

Segundo os dois esquemas, a cultura religiosa, como de resto a cultura em geral, é, por um lado, o resultado da *repressão* do desejo de natureza sexual e um *mecanismo de defesa* e, por outro, o retorno de certos elementos do desejo sexual reprimidos, inclusive do amor pelo pai (ambivalência). É uma combinação de resultados de sublimação e de sintomas; em nenhum caso, uma criação.

4. Crítica winnicottiana da derivação edípica do monoteísmo

Winnicott simplesmente descarta as considerações de ordem mitológica relativas à origem do monoteísmo. Elas não são baseadas nos dados da clínica psicanalítica, mas em material que provém da antropologia e tem caráter especulativo; são, portanto, considerações de caráter meramente ficcional. Por outro lado, a crítica winnicottiana da derivação edípica é explícita e bem argumentada.

Segundo um comentário importante de Winnicott (feito em 1969) sobre a terceira parte de *Moisés e o monoteísmo*, Freud, baseado na sua crença na repressão como mecanismo de constituição da cultura, teria exagerado ao atribuir uma importância especial ao monoteísmo por causa da verdade universal do relacionamento libidinal dos filhos com o pai e da repressão desse relacionamento. Esse argumento de Freud “não suporta um exame atento” (1989, p. 241; tr. p. 187). Freud não está errado “a respeito do pai e do laço libidinal que se torna reprimido”; contudo há de se notar “que certa proporção de pessoas no mundo não chega ao com-

plexo edipiano” e que, portanto, para elas, “a repressão da figura paterna libidinizada tem apenas pouca relevância (p. 241; tr. p. 187). Winnicott prossegue:

Se se olhar para pessoas religiosas, certamente não é verdadeiro dizer que os princípios monoteístas só pertencem àqueles que atingem o complexo edipiano. Uma grande parte da religião acha-se ligada com a quase-psicose e com os *problemas pessoais que se originam da grande área da vida do bebê* que é importante até que se chegue a um relacionamento de três corpos [relações familiares com base genital] entre pessoas inteiras (1989, p. 241; tr. p. 187).

Para Winnicott, do ponto de vista do estado da psicanálise em 1969, Freud, ao teorizar sobre a religião, está em desvantagem, pois só podia utilizar para esse fim a psicanálise conhecida na sua época. Nesse quadro, constituído da teoria da sexualidade ampliada por uma metapsicologia, não se consegue dar conta do surgimento do monoteísmo. É verdade que Freud já disse praticamente tudo o que sabemos dos fenômenos de repressão da instintualidade genital e sobre os mecanismos de defesa correspondentes. Entretanto, ele não sabia o que os psicóticos iam ensinar aos psicanalistas, a saber, que “muita coisa acontece nos bebês associada com a necessidade [*need*], e separada do desejo e dos representantes (pré-genitais) do id a clamarem por satisfação” (1989, p. 242; tr. p. 188). O atendimento das necessidades dos bebês pelas mães adaptadas e, durante o processo de socialização posterior, por ambientes mais amplos, tais como a família, é algo muito diferente da satisfação prazerosa de seus impulsos instintuais. Freud, teórico da religião monoteísta, pertence ao passado por desconhecer certos *atos novos* relativos ao processo de amadurecimento.

Outra limitação da concepção freudiana do monoteísmo decorre do horizonte hermenêutico utilizado por Freud – a sua metapsicologia centrada na teoria das pulsões que determinam o interjogo das três instâncias do funcionamento intrapsíquico mental: o id, o ego e o superego

(1989, p. 243; tr. p. 189).¹ O seguinte trecho explicita bem a objeção de Winnicott à concepção do ser humano em termos de estados mentais internos e não como relacionamentos ambientais e objetivos efetivos:

Em outras palavras, Freud, no arcabouço de seu próprio e bem-disciplinado *funcionamento mental*, não sabia que temos hoje que lidar com um problema como o seguinte: o que há na *presença real do pai*, e no papel que ele desempenha na experiência do relacionamento entre ele e a criança e entre a criança e ele? O que isso faz ao bebê? Pois há uma diferença, que depende de o pai achar-se lá ou não, se é capaz de estabelecer um relacionamento ou não, se é são ou insano, se é livre ou rígido na sua personalidade (1989, p. 242; tr. p. 188; os itálicos são meus).

Em resumo, a concepção freudiana da origem do monoteísmo é datada, por um lado, devido à descoberta de fatos clínicos novos e, por outro lado, por causa das limitações do quadro de interpretação utilizado na sua teoria psicanalítica.²

Winnicott faz notar que, na primeira parte de *Moisés e o monoteísmo*, depois de enfatizar a singularidade da personalidade de Amenophis, Freud acrescenta uma nota de rodapé que diz: “Breasted (1906) chama-o (Amenophis) de ‘*the first individual in human history*’ [o primeiro indivíduo na história humana]” (1989, p. 189; tr. p. 189). De acordo com Winnicott, Freud, nessa nota, estaria antecipando a tese de que existiria uma relação estreita entre o monoteísmo e a unidade pessoal, a mesma que mais tarde Winnicott tentará elaborar. Mas Freud não teria conseguido colocar essa tese no quadro do seu texto “por não poder lidar com isso em termos de repressão, mecanismo de defesa, e interjogo de id, ego e superego” (1989, p. 244; tr. p. 189).

Winnicott acredita, contudo, que “Freud daria boas-vindas a um trabalho novo que desse sentido ao comentário de Breasted em termos de um universal no desenvolvimento emocional do indivíduo, qual seja, a tendência integradora que pode conduzi-lo a um *status* de unidade” (p. 244; tr. p. 189). Ou seja, se estivesse vivo, Freud saudaria a mudança

paradigmática operada por Winnicott. Entretanto, para poder dar esse passo e aceitar a interpretação winnicottiana da origem do monoteísmo, Freud teria de pagar um alto preço teórico. Ele deveria aceitar várias mudanças revolucionárias, entre elas o reconhecimento do caráter decisivo para o desenvolvimento do indivíduo de estágios primitivos anteriores ao do Édipo, a inclusão da teoria da sexualidade na teoria mais geral de amadurecimento e o abandono da metapsicologia. Sobre este último ponto, Winnicott não deixa a menor dúvida: a estrutura do ser humano não pode ser interpretada com base em um aparelho psíquico, composto do id, ego e superego, mas como uma *história* feita de conquistas maturacionais efetivas. Para quem conhece os fatos básicos da história da psicanálise, o otimismo de Winnicott quanto a um possível entendimento entre ele e Freud nesse ponto pode parecer exagerado.

5. A constituição do EU SOU

A derivação winnicottiana do monoteísmo difere da de Freud em três pontos essenciais: orienta-se por uma diferente situação-problema exemplar: o bebê no colo da mãe, vale-se de uma nova teoria da constituição da personalidade: a teoria do amadurecimento, e situa a origem do monoteísmo num estágio anterior ao de Édipo: o estágio do EU SOU, no qual é conquistada a unidade pessoal. Nos estágios anteriores, o indivíduo não é integrado ainda; não tendo unidade, ele tampouco se relaciona com outros seres humanos de acordo com um padrão de relacionamento unificado. Winnicott pensa o início da integração como a constituição unitária de uma multiplicidade de “núcleos de ego” (Glover), isto é, do eu, do *I*, ainda subpessoais, não integrados numa pessoa unificada, inteira, servindo como padronizações das excitações, dos instintos.

A esse momento é possível atribuir um sentido religioso: o *politeísmo* primitivo, que, no plano individual, significa que há um Deus diferente para *controlar magicamente* cada grupo de excitações somáticas,

vividas como “forças e agentes mecânicos” que são temidos e que não podem ser desafiados (1989, pp. 470-471; tr. p. 357); e, no plano social, que há um Deus para mim e outro para você.

O processo progride, quando facilitado, para a integração – que inclui espontaneidade, e não é imposta de fora, pelo ambiente – dos núcleos de ego em uma unidade de controle. Esta tem o caráter de um fato existencial, ao qual se aplicam os conceitos de um, uno, único, só. Esse fato pode ser chamado de “eu”, pronome que tem uma conotação “topográfica” – organização dos núcleos do ego. Na sequência do amadurecimento, a expressão “EU SOU” começa a fazer sentido, incluindo um fator temporal, pois significa EU CONTINUO EXISTINDO, e os estados excitados.

Quanto ao controle exercido pelo EU SOU, Winnicott escreve: “O bebê se estabelece como uma unidade, tem um sentimento de EU SOU, bravamente encara o mundo com o qual já se tornou capaz de estabelecer relações afetuosas e (por contraste) um padrão de relações objetais baseadas na vida instintual” (1965, p. 96; tr. p. 90). Ou seja, depois da constituição do EU SOU, quem fica encarregado de controle sobre a vida instintual e sobre os relacionamentos objetais correspondentes é o próprio indivíduo, desde que amparado pelo ambiente facilitador; nesse caso, pelo casal parental. Esse aspecto controlador do EU SOU é chamado por Winnicott de *superego pessoal*.

Esse superego não é mental e interno como o de Freud, pois permanece relacionado aos seres humanos reais, o pai e a mãe, que podem ser “amados e odiados, obedecidos e desafiados, da maneira comum que é bem conhecida” (1989, p. 471; tr. p. 357). Ele não é impessoal, como o de M. Klein, visto que é o próprio indivíduo quem habita as funções corpóreas que controla. Sobretudo, ele não é um efeito, sublimado ou patológico, da repressão, mas uma aquisição do amadurecimento, criativa e saudável.

O exercício de controle exige bravura, diz Winnicott. Em outras palavras, ele é agressivo e, por isso, perigoso: “As mais agressivas e, por

isso, mais perigosas palavras do mundo são encontradas na afirmação EU SOU” (1986, p. 141; tr. p. 110). Winnicott explica esse traço da história individual e coletiva da seguinte maneira: “Se eu sou, então eu juntei isso com aquilo e reivindiquei que isso sou eu, e que repudiei todo o resto; ao repudiar o não-eu, eu insultei o mundo, por assim dizer, e posso aguardar um ataque” (1986, p.57; tr. p. 44). O EU SOU é o estágio de autoafirmação, que “implica EU REPUDIO TUDO O QUE NÃO É EU” (1989, p. 95; tr. p. 76).

De fato, o que fica reunido pela constituição do EU SOU são as funções corpóreas, isto é, o uso excitado e, portanto, também destrutivo de objetos. O EU SOU se vê imediatamente como o “rei do castelo”, como no jogo de crianças: “Eu sou o rei do castelo e você é o patife sujo”. Por ser destrutivo, o EU SOU gera naturalmente expectativas do revide, do ataque externo. Ao se tornar um EU SOU e, portanto, capaz de agredir, o indivíduo se vê cercado de um mundo hostil e se sente inicialmente indefeso, adicionalmente vulnerável e potencialmente paranoide (1965, p. 33; cf., 1986, p. 57). O EU SOU é uma das raízes da ansiedade paranoide (1989, p. 571; tr. p. 435). Por isso, ele só pode atingir o estágio do EU SOU por existir um meio protetor, que, nos períodos iniciais, é ainda a mãe (1965, p. 33; tr. p. 35).

Essa é a derivação winnicottiana da lei do talião e da rivalidade, as quais, tomadas nesse novo sentido, vão desempenhar um papel essencial no restante do processo de amadurecimento; a primeira nas fases do concernimento, e a segunda nas relações triangulares com base genital e em todas as outras posteriores (1989, p. 113; tr. p. 89).

Winnicott enfatiza que o nome “EU SOU” não designa um existir pensado tampouco o existir implicado pela atividade de pensar:

Cogito, ergo sum é diferente: *sum* nesse caso significa que eu *sinto* existir como uma pessoa, que na minha mente eu tenho o sentimento de que a minha existência tem sido provada. Mas aqui [quando falarmos de EU SOU] estamos ocupados com um estado de ser não autoconsciente, a parte de exercícios intelectuais em autoconsciência (1986, p. 57; tr. p. 44)

Se o referencial apropriado para a interpretação filosófica do EU SOU de Winnicott não é o *Cogito* de Descartes, nem a teoria da consciência em geral, incluída a da representação, surge a questão de saber como encaminhar o diálogo entre Winnicott e a filosofia. Conforme argumentei em outros textos, creio ser frutífero recorrer à ontologia fundamental de Heidegger exposta em *Ser e tempo*, centrada no conceito de *Da-sein*, ser o aí e no aí, no mundo, elaborado explicitamente com base na crítica de todas as tentativas de compreender o “sou” humano, o existente humano, em termos do *Cogito* cartesiano.

6. O papel da mãe e do pai na constituição do EU SOU como unidade

O conceito de unidade é um universal da teoria do amadurecimento, que é essencial no estudo da constituição da individualidade (1986, p. 62; tr. p. 49). A primeira forma de unidade do bebê é com a mãe, baseada na identificação primária, propiciada pela identificação da mãe com as necessidades do bebê, inclusive com a necessidade de se tornar um existente unitário: “Para o bebê, primeiro surge a unidade que inclui a mãe” (pp. 62-63; tr. p. 49).

Mas essa unidade não se mantém por muito tempo:

Se tudo corre bem, o bebê chega a perceber a mãe e todos os outros objetos e os vê como não-eu, de tal modo que agora há o eu e o não-eu. (O eu pode incorporar [*take in*] e conter elementos não-eu.) Esse estágio dos primórdios do EU SOU só se torna atual no estabelecimento do si-mesmo do bebê na medida em que o comportamento da figura materna é suficientemente bom – isto é, no que diz respeito à adaptação e à de-adaptação [*de-adaptation*]. Assim, a mãe é, no início, uma delusão [*delusion*] que o bebê precisa ser capaz de desautorizar, e há necessidade de que ela seja substituída pela unidade desconfortável do EU SOU, que envolve a perda da fusão unitária original, que é segura.

O ego do bebê é forte se houver um suporte do ego materno para fazê-lo forte; do contrário, ele é fraco (1986, p. 63; tr. p. 49).

A mãe fornece o apoio à integração pelo manejo, no sentido de *holding*, e pela sua própria unidade; mas ela ainda é, de início, experienciada pelo bebê como objeto parcial. Diferentemente da mãe, o pai aparece desde o início como pessoa inteira, o que permite que ele, e não a mãe, assegure a provisão ambiental necessária para que o bebê alcance o EU SOU. O pai pode ter sido usado como mãe substituta na resolução de problemas da primeira mamada teórica, mas agora ele passa a facilitar a resolução de um novo e essencial problema: servir de esquema ou esboço (*blue-print*) para a constituição da totalidade pessoal. Diz Winnicott:

À medida que o bebê se desloca do fortalecimento do ego devido a ser ele reforçado pelo ego da mãe para a posse de uma identidade sua, própria, isto é, à medida que a tendência herdada à integração faz o bebê avançar no meio ambiente suficientemente bom ou expectável médio, a terceira pessoa desempenha ou parece desempenhar um grande papel. O pai pode ou não ter sido um substituto materno, mas em alguma ocasião ele começa a ser sentido como se achando lá em um papel diferente, e é aqui que sugiro que o bebê tem probabilidade de *fazer uso do pai como um esquema para a sua própria integração*, justamente quando se torna às vezes uma unidade. Se o pai não se encontra lá, o bebê tem de fazer o mesmo desenvolvimento, mas de modo mais árduo, ou utilizando algum outro relacionamento, que seja bastante estável, com uma pessoa total (1989, pp. 242-3; tr. p. 188; os itálicos são meus).

Winnicott explica ainda melhor a diferença entre o relacionamento da criança com a mãe e o pai, tomando distância adicional de M. Klein:

É fácil presumir [como fazem os kleinianos] que, como a mãe começa como um objeto parcial ou uma conglomeração de objetos parciais, o pai vem a ser alcançado pelo ego da mesma maneira. Mas eu sugiro

que, num caso favorável, o pai começa como totalidade (isto é, como pai, não como substituto materno) e mais tarde se torna dotado de um importante objeto parcial, que ele começa como algo integral na organização do ego e na conceitualização mental do bebê (1989, p. 243; tr. pp. 188-189).

A mãe forneceu o apoio à integração pelo manejo, no sentido de *holding*, e pela sua própria unidade; mas, diferentemente do pai, ela ainda não é, de início, objeto inteiro; o reconhecimento disso se dará ao longo do estágio de concernimento.

7. O esquema winnicottiano da derivação do monoteísmo

Essas são, portanto, as maneiras como a mãe e, sobretudo, o pai contribuem, na qualidade de elementos do ambiente facilitador, para a constituição da unidade pessoal do bebê como unidade separada do casal. Winnicott vê a origem do monoteísmo nesse uso do pai não como instância de censura externa, mas como facilitador; não como censor e rival, mas como esquema da unidade pessoal. A esse respeito, ele afirma:

Dessa maneira, pode-se ver que o pai pode ser o primeiro vislumbre [*glimpse*] que a criança tem da integração e da totalidade pessoal. É fácil passar desse interjogo entre introjeção e projeção para o importante conceito, na história mundial, de um Deus, de um *monoteísmo*, não de um Deus único para mim e outro deus único para você (1989, p. 243; tr. p. 188; os itálicos são meus).

Creio que, em vez de se falar em “interjogo entre introjeção e projeção”, seria mais apropriado usar a expressão “interjogo de incorporação e identificação cruzada”, visto que a introjeção é uma operação mental e o uso do pai como esquema diz respeito a um momento do processo maturacional que não é mental, mas “existencial”, no sentido de embutir

os traços do pai na estrutura da existencial psicossomática do indivíduo e de modificar, com base nesse novo elemento estrutural, os padrões do relacionamento do indivíduo com os pais, com a família e com o ambiente externo em geral.

Por assumir uma posição crítica em relação à teoria psicanalítica da formação do superego, tanto na versão freudiana com na kleiniana, Winnicott procurará a origem do monoteísmo num outro estágio, no estágio do EU SOU. Esse momento do amadurecimento do indivíduo é o ponto de partida individual, antropológico, da evolução histórica da ideia do monoteísmo no Egito e na religião judaica: “Talvez a luta para alcançar esse conceito se reflita no primeiro nome hebraico para Deus. O monoteísmo parece estar estreitamente vinculado ao nome EU SOU. Sou o que sou. (1986, pp. 56-57; tr. p. 44).³ Portanto, o Deus do monoteísmo judaico primitivo não teria sido um Deus proibidor, mas um Deus definido por um modo de ser, a saber, de ser um si-mesmo unificado idêntico a si mesmo. Tudo indica que o uso por parte de Winnicott do processo de amadurecimento na tentativa de compreender a origem e a natureza do monoteísmo constitui uma alternativa para a derivação filogenética e edípico-sexual praticada por Freud.

O monoteísmo derivado do processo de amadurecimento defendido por Winnicott não é relacionado apenas à unidade que possa vir a ser (e vem sendo) alcançada, nos termos da nossa cultura, pelos indivíduos humanos nos ambientes apropriados,⁴ mas também a outros aspectos do EU SOU mencionados anteriormente. Um deles é a agressividade e o correspondente medo de ser atacado.⁵ Winnicott vê no medo do revide a razão de entregar a unidade do EU SOU a Deus (1986, p. 61; tr. p. 47). E comenta: “Então, quando as pessoas chegaram pela primeira vez ao conceito de individualidade, rapidamente colocaram-no no céu e lhe deram uma voz que só Moisés conseguia escutar” (1986, p. 57; tr. p. 44). Essa é a derivação winnicottiana de um aspecto importante do monoteísmo: trata-se de uma religião potencialmente agressiva e perigosa para quem a pratica. Daí a necessidade da criação de um “Grande EU

SOU”, em condições de, primeiro, cuidar do pequeno EU SOU e da sua própria individualidade e, segundo, autorizar e apoiar as agressões que ele tiver de integrar. No âmbito das religiões ocidentais, esses cuidados não são mais pensados como propiciados pelos ambientes terrestres, pela mãe e pelo pai reais ou pelos grupos maiores, mas pelo nosso pai que está no céu, como diz o monoteísmo cristão.⁶ E as guerras santas são justificadas diretamente pela defesa não dos interesses meramente mundanos, mas dos interesses do reino de Deus na terra.⁷ “Gosto desse nome [EU SOU]”, diz Winnicott, “porque ele me recorda a evolução da ideia do monoteísmo e a designação de Deus como o “Grande EU SOU” (1989, p. 112; tr. p. 89).

Notas

- ¹ Freud não tem uma teoria desenvolvida (nem uma clínica) dos estados pré-edípicos. M. Klein não o convence, visto que não faz sentido falar em Édipo precoce. Neste ponto, Freud concorda com Winnicott.
- ² Observações importantes sobre os limites teóricos da psicanálise freudiana, sobre casos que revelam a ineficiência da técnica clínica preconizada por Freud, bem como sobre traços da sua personalidade que limitavam a sua capacidade terapêutica (fuga para a sanidade) encontram-se na resenha de Winnicott da autobiografia de Jung (cap. 57 de *Explorações psicanalíticas*).
- ³ Outras traduções: Eu sou quem sou, Eu sou quem será, Eu sou o que serei, Eu sou o ser (*to on*, tradução grega).
- ⁴ No Oriente, cuja cultura não é monoteísta, a constituição do EU SOU e o alcance do si-mesmo verdadeiro percorre outros caminhos e tem dificuldades adicionais próprias. Cf., Allen (org.) 1997.
- ⁵ Os medos de ameaças e a insegurança dos indivíduos depois de alcançarem o estágio do EU SOU podem ser desenvolvidos filosoficamente à luz da ontologia fundamental de Heidegger.
- ⁶ Winnicott faz notar que, numa carta de Freud a carta a Bárbara Low de 1920, este afirma que os judeus têm em comum “essa coisa milagrosa que – inacessível à análise até agora – faz o judeu”. Apesar disso, prossegue Winnicott, em *Moisés e o monoteísmo* essa análise é feita por Freud, e pode ser resumida na tese de que Moisés, o egípcio, o primeiro indivíduo na história da humanidade, inventara o judeu. Tudo se passa como se Winnicott tivesse continuado essa análise, derivando um determinado tipo de monoteísmo judaico do estágio de EU SOU alcançado durante o processo de amadurecimento.

- ⁷ É interessante notar que as culturas, nas quais a religiosidade não tem o caráter monoteísta, como as do Extremo Oriente, praticamente desconhecem as guerras religiosas e mesmo a intolerância religiosa.

Referências bibliográficas

- ALLEN, D. (org.) 1997: *Culture and Self*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- WINNICOTT, D. W. (1965). *Maturational Processes and Facilitating Environment*. London: Karnac. Tradução brasileira: O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- WINNICOTT, D. W. (1986). *Home is where we come from*. London: Penguin. Tradução brasileira: Tudo começa em casa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WINNICOTT, D. W. (1989). *Psychoanalytic Explorations*. London: Karnac. Tradução brasileira: Explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.